

Publication status: Not informed by the submitting author

GENDER AND ONLINE POLITICS: POLITICAL VIOLENCE AND GENDERED DISINFORMATION PRACTICES

Yasmin Curzi de Mendonça, Fernanda de Souza Gomes, Giullia Marques Thomaz Ferreira, Hana
Mesquita Amaral Ferreira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10222>

Submitted on: 2024-10-18

Posted on: 2024-11-04 (version 1)

(YYYY-MM-DD)

GÊNERO E POLÍTICA ONLINE: VIOLÊNCIA POLÍTICA E PRÁTICAS DE DESORDEM INFORMACIONAL

YASMIN CURZI DE MENDONÇA, Pesquisadora de Pós-doutorado no Karsh Institute of
Democracy, University of Virginia. Professora da FGV Direito Rio.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3626-8178>.

University of Virginia. Charlottesville, VA, Estados Unidos

<yasmincurzi@virginia.edu>

FERNANDA DE SOUZA GOMES, Doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisadora
no Projeto "Mídia e Democracia" da FGV Direito Rio.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8610-2651>.

IESP-UERJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

<fernandadesouzagomes@gmail.com>

GIULLIA MARQUES THOMAZ FERREIRA, Mestranda em Sociologia & Antropologia pelo
IFCS-UFRJ e pesquisadora no Projeto "Mídia e Democracia" da FGV Direito Rio.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9670-8377>

<giulliamthomaz@gmail.com>

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

HANA MESQUITA AMARAL FIGUEIRA, Mestranda em Políticas Públicas em Direitos
Humanos pelo NEPP-DH/UFRJ e pesquisadora no Projeto "Mídia e Democracia" da FGV
Direito Rio.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6018-6548>.

<hanaamaralfigueira@gmail.com>

**Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do
Rio de Janeiro.**

Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

RESUMO:

O presente artigo observa a violência de gênero online (VGO) como um fenômeno político, partindo de pesquisa empírica com dados de redes sociais e revisão bibliográfica para compreender quais as principais estratégias discursivas que a constituem no Brasil. Objetiva contribuir metodologicamente para a análise da VGO, a partir de uma perspectiva interseccional, ao identificar práticas constitutivas do fenômeno da “desordem informacional de gênero”. Para isso, faz uso de dados secundários de interações em redes sociais, depreendidos de relatórios produzidos no bojo do projeto “Mídia e Democracia” na FGV Direito Rio elaborados pelas autoras deste artigo. O artigo conclui que há quatro padrões discursivos para atingir mulheres na política, os quais refletem discriminações estruturais da sociedade: são eles, estratégias de: (i) desinformação generificada; (ii) fetichização; (iii) inferiorização; e (iv) desumanização.

Palavras-chave: violência política, gênero, desordem informacional, redes sociais, plataformas.

GENDER AND ONLINE POLITICS: POLITICAL VIOLENCE AND GENDERED DISINFORMATION PRACTICES

ABSTRACT: This article observes online gender-based violence (OGBV) as a political phenomenon based on empirical research with social media data and a literature review to understand the main discursive strategies that constitute OGBV in Brazil. It aims to contribute methodologically to the analysis of OGBV, with an intersectional perspective, by identifying practices that constitute the "gender informational disorder" phenomenon. To this end, it uses secondary data from social media interactions, drawn from reports produced within the scope of the “Media and Democracy” project at FGV Rio Law, produced by the authors of this article. The article concludes that there are four discursive patterns used to target women in politics, which reflect the structural discriminations in society: (i) gendered disinformation; (ii) fetishization; (iii) inferiority; and (iv) dehumanization strategies.

Keywords: political violence, gender, informational disorder, social media, platforms.

INTRODUÇÃO

Desinformação e discurso de ódio têm sido tópicos recorrentes no debate político contemporâneo, com o uso crescente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para mediar tanto a comunicação interpessoal quanto a circulação de informações de relevância pública. Nesse cenário, o espaço digital se consolida como locus central da comunicação política, moldado pelas formas de interação e representações que estruturam as instituições e o debate público. A violência política de gênero, que já era uma questão significativa no contexto offline, adquire uma nova dimensão à medida que passa a ser mediada pelas novas tecnologias, o que amplia seu alcance e sua gravidade.

O presente artigo se insere neste contexto, com a intenção de, a partir de pesquisa empírica, contribuir para o debate sobre gênero e política. O trabalho se insere no debate mais amplo sobre violência de gênero online (VGO), conceito guarda-chuva que serve para abarcar para as diversas táticas utilizadas para regular condutas de minorias online, devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual. O que denominamos como "desordem informacional de gênero" é a consequência da produção de determinadas estratégias narrativas, construídas a partir da VGO, para afetar a percepção pública sobre determinados atores e atrizes no ecossistema digital, especificamente mulheres na política.

Assim, o artigo examina a constituição deste fenômeno e sua materialização. Possui quatro seções, além desta introdução e conclusão geral. A parte I apresenta a metodologia para a sua elaboração. Em resumo, revisão de bibliografia narrativa, além de coleta, classificação e análise de dados de redes sociais com casos de violência de gênero online ao longo de 2024. A parte II traz o contexto da produção deste artigo, com a apresentação geral sobre os dados utilizados. A parte III detalha o conceito de violência de gênero online e delinea o fenômeno da "desordem informacional de gênero", constituída por estratégias narrativas comuns contra mulheres na política, por sua vez apresentadas com material empírico na parte IV.

Como resultados gerais, o artigo apresenta que há quatro padrões discursivos para atingir mulheres na política, os quais refletem discriminações estruturais da sociedade: são eles, estratégias de: (i) desinformação generificada; (ii) fetichização; (iii) inferiorização; e (iv) desumanização. Essas estratégias, conforme demonstramos, são utilizadas sistematicamente para minar a credibilidade e a participação política de mulheres, perpetuando as desigualdades de gênero e criando novos desafios para a inclusão e a equidade no espaço público digital.

1. METODOLOGIA

O artigo parte de revisão de bibliografia narrativa sobre desinformação, violência política de gênero e violência de gênero online. Além da revisão de bibliografia, o artigo faz uso de dados das redes sociais X, YouTube, Facebook e Instagram, coletados previamente para a elaboração de relatórios elaborados no bojo do projeto “Mídia e Democracia”, coordenado por Yasmin Curzi na FGV Direito Rio e financiado pela União Europeia. Os conjuntos de dados são relativos a episódios de desinformação ou violência de gênero online relacionados a questões de gênero e raça com ampla repercussão online.

Os dados foram extraídos a partir do apoio da equipe da Escola de Comunicação, Mídia e Informação da FGV. Foram construídas sintaxes de busca – ou *queries* – para formular consultas e buscar informações específicas sobre episódios em bancos de dados, mecanismos de busca ou sistemas de filtragem de dados. Os filtros possuem uma base linguística correspondente a um aglomerado de palavras-chave ou termos associados a operadores booleanos e caracteres de linguagem de programação (Curzi et al., 2024d).

Para cada relatório, desenvolvemos previamente um glossário¹ a fim de verificar sua performance na plataforma escolhida (Instagram, YouTube, X e/ou Facebook). Havendo um retorno de dados satisfatório, seguimos para formulação das categorias pertinentes que variam de acordo com a especificidade de cada tema e violência associada.

Quanto à estrutura, os relatórios englobam análises quantitativa e qualitativa. Para análise quantitativa empregamos métodos digitais para interpretação dos comentários ou posts, tais como modelagem de tópicos², análise de toxicidade³ e análise de sentimento⁴. Já a análise qualitativa é realizada através da anotação dos dados, isto é, a classificação manual dos dados feita pelas autoras a partir da identificação de tópicos ou temas recorrentes.

¹ Lista constituída por palavras-chaves relevantes para a busca de assuntos e temas referentes a um evento, pessoa ou assunto de interesse para a pesquisa.

² Modelagem de tópicos corresponde a uma técnica que permite identificar e extrair tópicos significativos de um grande conjunto de dados não estruturados, como postagens em mídias sociais (Curzi et al., 2024a).

³ Para análise de toxicidade dos comentários ou postagens, utilizamos um modelo pré-treinado para detectar elementos tóxicos em dados de texto. (Curzi et al., 2024a).

⁴ Análise de sentimento consiste em uma técnica de processamento de linguagem natural que identifica o sentimento expresso em um texto a fim de classificá-lo como neutro, positivo ou negativo (Curzi et al. 2024a).

Assim, o presente artigo reúne os principais achados de quatro relatórios: (i) “Deputadas de esquerda representadas no Conselho de Ética da Câmara ganham apoio na maioria dos comentários do YouTube”, elaborado em parceria com a Democracy Reporting International, (ii) “O que é Racismo Ambiental?” Para onde a Internet levou o debate do termo a partir da fala da ministra Anielle Franco”, (iii) “Ataques, violência de gênero online e desinformação na pré-campanha à prefeitura de São Paulo em comentários do YouTube” e (iv) “Racismo ambiental no contexto das enchentes do Rio Grande do Sul”.

Reunimos os conjuntos de comentários ou postagens destes quatro relatórios em uma única base de dados para a classificação. Foram 2.316 comentários sistematizados. Destes, descartamos 1.123 por não possuírem pertinência para a elaboração deste artigo, i.e., falavam sobre outros temas analisados pelos relatórios mencionados acima. Os demais comentários foram classificados em quatro categorias que, a partir de nossa análise qualitativa, compreendemos se tratar de estratégias narrativas frequentes para a produção da desordem informacional de gênero. Foram elas: (i) desinformação generificada; (ii) inferiorização; (iii) desumanização e (iv) fetichização.

A primeira categoria compreende discursos que procuram produzir desinformação sobre determinada personalidade política a partir da articulação de estereótipos de gênero. A segunda, "inferiorização", se refere a comentários ou postagens que possuem o intuito de descredibilizar, ironizar, infantilizar ou satirizar mulheres na política, com a intenção de diminuir suas presenças neste espaço. Já a terceira, "desumanização", se refere a comentários agressivos, com teor de discurso de ódio – racista ou de gênero –, que buscam anular a presença de mulheres na política, orientados pela compreensão de que a presença de mulheres neste espaço não deve ser admitida, ou comentários que procuram diminuir a condição de humanidade destas mulheres – i.e., adjetivos que anulam a sua constituição enquanto sujeitos. Por fim, a categoria "fetichização" serve para abarcar conteúdos misóginos voltados à compreensão de mulheres enquanto mercadoria, reduzindo-as à aparência e à estética.

2. CONTEXTO

O presente artigo baseia-se em dados coletados para a elaboração de relatórios no bojo do projeto “Mídia e Democracia”, voltado à análise de dados em redes sociais. O projeto considera a centralidade do gênero para as democracias contemporâneas e integridade de suas instituições, levando em conta os impactos das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) que contribuem para a complexificação de desafios como desinformação e discurso de ódio on-line. Como apresentado na metodologia, o artigo se debruça sobre os principais achados de quatro relatórios: (i) “Deputadas de esquerda representadas no Conselho de Ética da Câmara ganham apoio na maioria dos comentários do YouTube”, elaborado em parceria com a Democracy Reporting International, (ii) “O que é Racismo Ambiental?” Para onde a Internet levou o debate do termo a partir da fala da ministra Anielle Franco”, (iii) “Ataques, violência de gênero online e desinformação na pré-campanha à prefeitura de São Paulo em comentários do YouTube” e (iv) “Racismo ambiental no contexto das enchentes do Rio Grande do Sul”.

Em relação ao primeiro relatório “Deputadas de esquerda representadas no Conselho de Ética da Câmara ganham apoio na maioria dos comentários do YouTube”, seu objetivo principal foi identificar o que os usuários da plataforma do YouTube comentavam sobre as seis deputadas Célia Xakriabá (Psol-MG), Sâmia Bomfim (Psol-SP), Talíria Petrone (Psol-RJ), Erika Kokay (PT-DF), Fernanda Melchionna (Psol-RS) e Juliana Cardoso (PT-SP) que tiveram processos disciplinares⁵ apresentados pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Foram realizadas análises de sentimento e toxicidade dos comentários em vídeos selecionados, bem como seu posicionamento (contrário ou favorável a elas). Para este relatório, empregamos a técnica de modelagem de tópicos de modo que as mensagens de discurso de ódio foram divididas em quatro subtópicos: i) ataques à aparência das deputadas; ii) ataques com uso de estereótipos de gênero; iii) ataques de cunho ideológico-partidário; e iv) acusações de vitimismo. No conjunto analisado, ataques baseados em

⁵ Os processos disciplinares foram instaurados no dia 14 de junho de 2023 e pretendiam apurar a quebra de decoro das parlamentares que supostamente “criminalizaram” a integridade de deputados que votaram a favor do requerimento de urgência na tramitação do PL 490/07 (conhecido como PL do Marco Temporal), em sessão do dia 24 de maio de 2023 na Câmara. Na ocasião, as parlamentares os acusaram de “assassinos”.

estereótipos de gênero foram mais recorrentes, sob o argumento de que as mulheres não pertenceriam à política.

O segundo relatório “O que é Racismo Ambiental? Para onde a Internet levou o debate do termo a partir da fala da ministra Anielle Franco” trata do episódio de viralização da fala sobre “racismo ambiental” pela Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, em janeiro de 2024, utilizada para descrever os impactos das fortes chuvas na população moradora da Zona Oeste do Rio de Janeiro. A fala da Ministra viralizou através do seu perfil na rede social X (antigo Twitter), suscitando um intenso debate caracterizado por críticas e comentários negativos à Ministra e à atual gestão do governo. O relatório explorou a discussão geral sobre racismo ambiental no Instagram⁶ e em postagens específicas do perfil de Anielle após sua fala, partindo da hipótese de que o conteúdo analisado reforçaria estereótipos racistas e discriminatórios. Foram utilizados dois conjuntos de dados distintos coletados da plataforma Instagram. O primeiro conjunto de dados envolvia as postagens relacionadas ao termo “Racismo Ambiental”, publicadas no Instagram entre 14/01/2024 e 17/01/2024 e coletadas com uma regra de filtro linguística. Já o segundo conjunto referia-se aos comentários realizados no mesmo período em duas postagens selecionadas do perfil da ministra também no Instagram (Curzi et al., 2024b). Desenvolvemos seis categorias para classificação dos comentários: (i) ironia e/ou deboche; (ii) insultos ou ofensas; (iii) ataque ou discurso de ódio; (iv) críticas ao governo/evoca responsabilidade estatal; (v) estigmatização da pobreza e (vi) conteúdo informativo. O estudo teve como resultado principal a compreensão de que a utilização de linguagem irônica e debochada representa um recurso recorrentemente utilizado para promover a ridicularização da vítima, valendo-se de elementos como emojis, pontuações e risadas repetitivas e exageradas.

Em junho, o tema do racismo ambiental retorna com as chuvas no Rio Grande do Sul. Assim, o terceiro relatório selecionado, “Racismo ambiental no contexto das enchentes do Rio Grande do Sul”, também trata da utilização do conceito pela Ministra Anielle Franco, o qual volta a ganhar notoriedade no debate on-line. Nas redes sociais, circularam em torno da tragédia do Rio Grande do Sul diversos conteúdos desinformativos, a exemplo da influenciadora Michele Abreu que viralizou após publicar um vídeo em seu perfil do Instagram associando as chuvas às religiões de matriz africana. Contudo, a Ministra da Igualdade Racial foi a principal protagonista no debate sobre racismo ambiental, sendo atacada em virtude do seu pedido ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)

⁶ Embora a postagem inicial de Anielle Franco tenha sido feita no X, a coleta de dados para pesquisas nessa plataforma, especialmente comentários reagindo às publicações, se tornou mais difícil devido ao fechamento de sua API (*Application Programming Interface*). Com isso, optamos por utilizar dados do Instagram, plataforma digital na qual observamos a repercussão da discussão (Curzi et al., 2024b).

para a criação de políticas específicas para o atendimento de grupos vulnerabilizados – pessoas quilombolas, ciganas, indígenas e afrodescendentes, mais afetados pelas enchentes e com maior dificuldade de acesso a recursos para reparação e reconstrução (Curzi et al., 2024d).

Para a elaboração deste relatório, coletamos dados de Instagram e Facebook para classificação manual das postagens tendo como base as categorias do relatório “Racismo pra quê? As estratégias dos discursos racistas nas redes” de autoria da organização Aláfia Lab, que identificam quatro estratégias principais de discursos racistas on-line: (i) desqualificar; (ii) invisibilizar; (iii) desumanizar e (iv) desinformar (Carreiro et al, 2024). Não foram identificadas postagens contendo a estratégia de desumanização e, por isso, a categoria “desumanizar” foi retirada do relatório final. Como resultado principal, constatamos a predominância de estereótipos misóginos e racistas, que em muitos casos, aparecem em tom de ironia ou deboche. Identificamos, portanto, comentários contra Anielle Franco que envolviam ataques à sua aparência, trajetória pessoal e profissional, sanidade mental e capacidades cognitivas.

Por fim, o quarto relatório “Ataques, violência de gênero online e desinformação na pré-campanha à prefeitura de São Paulo em comentários do YouTube” teve como objetivo analisar os comentários de usuários no YouTube sobre o debate eleitoral e as pré-candidaturas da cidade de São Paulo. Para este estudo, consideramos a pré-candidatura de Marina Helena (Novo), Tabata Amaral (PSB), Kim Kataguirí (União) e Ricardo Nunes (MDB), além da chapa oficializada de Guilherme Boulos (PSOL) e Marta Suplicy (PT). Classificamos os comentários de acordo com as seguintes categorias: i) apoio (à pré-candidatura ou chapa); ii) desaprovação (da pré-candidatura ou chapa); iii) ironia/deboche; iv) insulto/ofensa; v) discurso de ódio; vi) desinformação; vii) polarização; viii) integridade das eleições; e, ix) ataque à mídia/jornalistas. Assim como nos relatórios anteriores, a categoria “ironia/deboche” foi predominante enquanto estratégia de inferiorização de mulheres na política. A ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy foi alvo de comentários em tom de “piada”, porém marcados por estereótipos de gênero, utilização de apelidos pejorativos e referências a falas passadas. O principal apelido empregado foi “Martaxa”, fazendo referência à criação de dois novos impostos durante sua gestão (2001-2004): a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD) e a Contribuição Para Custeio da Iluminação Pública (Cosip)⁷.

⁷ Relembre o governo de Marta Suplicy em SP: Bilhete Único, CEUs, máfia dos transportes e taxa do lixo. **Carta Capital**. 16 de janeiro de 2024. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/relembre-o-governo-de-marta-suplicy-em-sp-bilhete-unico-ceus-mafia-dos-transportes-e-taxa-do-lixo/>>. Acesso em: 11 de setembro de 2024.

3. VIOLÊNCIA DE GÊNERO ONLINE CONTRA MULHERES NA POLÍTICA

Após o advento da Web 2.0, que permitiu o uso de plataformas digitais sem a necessidade de conhecimentos técnicos profundos, surgiu uma expectativa de que o aumento do acesso à informação resultaria em sociedades mais democráticas e pacíficas. Autores como Castells (2017) e Wardle & Derakshan (2017) previram que essa maior acessibilidade ao conhecimento facilitaria a democratização das sociedades. Na década de 1990, alguns estudiosos chegaram a vislumbrar a internet como uma oportunidade para concretizar o ideal de democracia direta (Slaton, 1992; White, 1997, apud Calderaro, 2018).

Contudo, as esperanças otimistas logo cederam ao reconhecimento de que o ecossistema digital, com sua complexidade intrínseca à "autocomunicação de massa" (Castells, 2017), não simplificaria os processos democráticos. A chamada "plataformização" da web (Helmond, 2015 apud Curzi, 2023) transformou o ambiente de comunicação, retirando o poder centralizado da mídia tradicional e subordinando a comunicação ao desenho e aos interesses comerciais das plataformas digitais (Cruz et al., 2019).

Os espaços digitais, muitas vezes vistos como "novas praças" para o debate público (Franks, 2021 apud Curzi, 2023), servem tanto a movimentos sociais quanto a atores políticos, que utilizam essas plataformas como ferramentas de engajamento e comunicação. No entanto, essas dinâmicas trouxeram novos desafios, especialmente para grupos marginalizados, como as mulheres na política, que já enfrentam barreiras significativas em contextos offline.

No contexto da violência de gênero online (VGO), Yasmin Curzi define o fenômeno como um conjunto de comportamentos e ações hostis dirigidos a mulheres e pessoas de gênero não-conforme no ambiente digital, com o objetivo de silenciá-las, excluí-las ou minar sua credibilidade e participação em espaços públicos. Essa violência se manifesta de várias maneiras, incluindo discurso de ódio, assédio, ameaças, difamação e desinformação, perpetuando dinâmicas de opressão que já existem offline, mas intensificadas no ambiente online. A VGO é facilitada pela própria arquitetura das plataformas digitais, que, por suas falhas regulatórias e modelos de negócio, permitem a circulação de conteúdos nocivos e dificultam a proteção adequada das mulheres. Para Curzi (2023), o ambiente digital, longe de ser neutro, contribui para a reprodução de desigualdades estruturais, intensificando a exclusão das mulheres da esfera pública.

Para mulheres na política, a equidade política de gênero tem sido apontada como um dos principais desafios às democracias contemporâneas (Di Meco, 2019 apud Tomaz; Santos, 2023, p. 91). Como obstáculo sistemático, temos a persistência da violência política de gênero que, seguindo Krook e Restrepo (2016, p. 128), pode ser descrita como "os comportamentos que especificamente são direcionados a mulheres enquanto mulheres para deixarem a política, pressionando-as a deixarem suas candidaturas ou desistirem de determinado posto político".

Esse tipo de violência possui como alvo as mulheres devido a sua identidade de gênero, buscando excluí-las do campo político e é acionada de diversas formas, incluindo discursos de ódio, campanhas de difamação e ataques pessoais que visam minar a credibilidade e a participação ativa de mulheres em espaços de poder (Krook & Restrepo, 2016). No ambiente online, essas dinâmicas são amplificadas, com novas possibilidades de ataques, como montagens utilizando tecnologias avançadas, ameaças veladas e perseguições (*stalking*), muitas vezes coordenadas (Curzi, 2023). Candidaturas femininas têm sido as principais vítimas de discursos de ódio que buscam minar sua credibilidade e excluí-las do jogo político (Idem, *Ibidem*).

De tal modo, a política, espaço caracterizado pela predominância de homens, é hostil à presença de mulheres de inúmeras formas: para disputar às eleições, encontram dificuldades no interior de seus partidos, com o recebimento de recursos para campanhas de forma equitativa e acesso a documentos relevantes; uma vez eleitas, encontram dificuldades e barreiras para participar ativamente dos debates, com ocultação de informações, agressividade, ameaças e agressões físicas ou psicológicas (Krook & Restrepo, 2016, p. 127).

Em relação às redes sociais, enquanto locus predominante para a produção da comunicação política e de informação da população sobre eleições (Batista, 2019), há perpetuação de dinâmicas sociais que ocorrem offline, como discurso de ódio racista ou misógino. De tal modo, a condição de vulnerabilização sofrida por mulheres se estende para a esfera online, caracterizando tal "*continuum* de violências sofridas offline" (Kelly, 1989, apud Valente, 2023, p. 19). Mulheres na política são, assim, afetadas pela violência que sofrem offline também nos espaços de interação online. Entretanto, o grau e a escala da violência online são diferenciados (Curzi, 2023). Há novas possibilidades para ataques ocorrerem, com montagens – com ou sem uso de sistemas de "inteligência artificial"⁸ –, ameaças veladas, perseguição (*stalking*), ações coordenadas, entre outras (Curzi et al., 2024, pp. 16-24).

No Brasil, casos de violências de gênero online contra mulheres na política têm sido

⁸ A categoria "inteligência artificial" tem sido a terminologia predominante para descrever sistemas que operam a partir de aprendizado de máquina, estatística ou visão computacional.

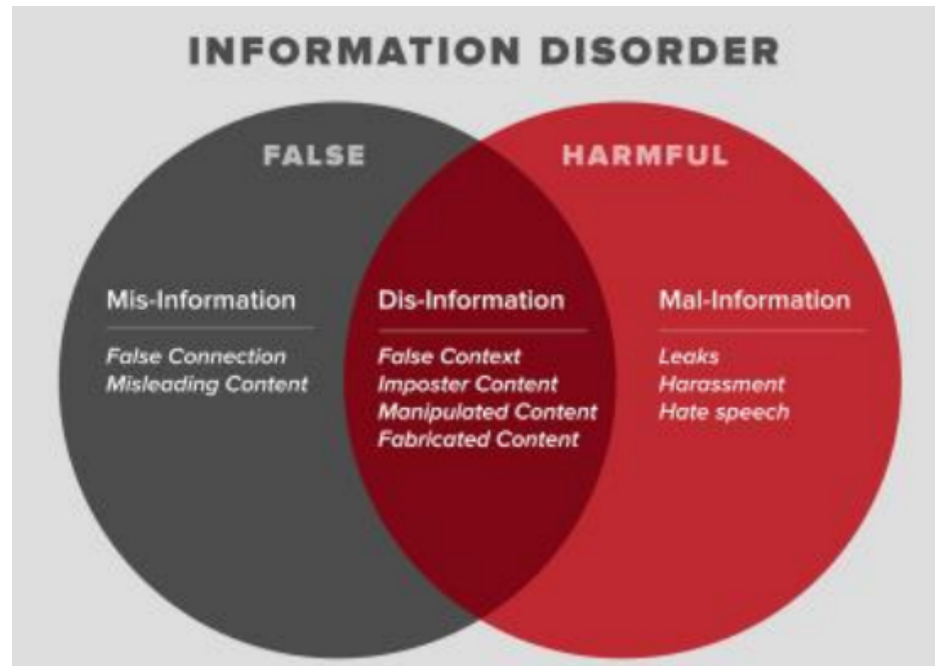
frequentes. Estratégias foram amplamente exploradas no contexto de crise política que resultou no *Impeachment* da primeira presidente mulher do país, Dilma Rousseff, em 2016 (Carniel et.al, 2018, p. 524), tendo sido a ex-presidente alvo de falsos rumores (Piaia, 2018) e produção de memes (Carniel et.al, 2018) com características misóginas (Curzi, 2023), no processo de sua desmoralização.

Dilma foi uma das primeiras vítimas das montagens que, embora não tivessem o propósito de desinformar, propriamente, tinha por objetivo o “engajamento afetivo dos públicos” (Santos, 2019, p.12) contra sua imagem. Retratações que apelavam para a identidade da presidente enquanto mulher, a representando em posições obscenas, foram amplamente exploradas em campanhas voltadas à descredibilização do seu mandato (D'Ávila, 2022, p. 16).

Os anos que se seguiram na política brasileira foram palco de uma democracia enfraquecida, permeada por narrativas de difamação de candidaturas de mulheres⁹. Nas primeiras eleições após a deposição de Dilma, em 2018, a tática da extrema direita nas redes foi a mobilização de campanhas de desmoralização, visando a promoção de violências e a perda de capital político para suas vítimas. Dentre as estratégias, o que passamos a denominar em português como "desinformação" teve um papel central na difamação de personagens.

Para a análise de estratégias de difamação online, Claire Wardle e Houssein Derakhshan (2017) propõem o conceito de "desordem informacional". Ele serve para englobar três principais fenômenos que são identificados em o que em português denominamos com o conceito guarda-chuva de "desinformação", o qual equivale, em realidade, ao conceito de "desordem informacional". Na chave analítica proposta por Wardle e Derakhshan, as estratégias narrativas para produção de "desordem informacional" seriam: “*disinformation*” (desinformação), “*misinformation*” (mesinformação) e “*malinformation*” (malinformação).

⁹ Alguns exemplos de mulheres que foram alvos de campanhas de ódio difamatórias durante suas campanhas são Áurea Carolina, Anielle Franco, Benedita da Silva, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Dilma Rousseff, Duda Salabert, Erika Hilton, Isa Penna, Jandira Feghali, Manuela d'Ávila, Maria do Rosário, Marielle Franco, Marina Silva, Sonia Guajajara, Tabata Amaral e Talíria Petrone. Alguns de seus relatos podem ser encontrados em: D'ÁVILA, M. **Sempre foi sobre nós: Relatos da violência política de gênero no Brasil**. 1ª edição ed. [s.l.] Rosa dos Tempos, 2022.

Figura 1 - Sistematização da desordem informacional

Fonte: Wardle, C.; Derakhshan, H., 2017, p. 05.

Em tal classificação, "desinformação" é o fenômeno de compartilhamento de informações sabidamente falsas para gerar danos. Já o fenômeno de "misinformação" ocorre quando uma informação falsa é compartilhada, porém sem a intenção de dano. Já "malinformação" é o fenômeno de disseminação intencional de informação verdadeira (em geral, confidencial) para causar dano.

Para fins de exemplificação, no caso de desinformação, foi identificada (Afonso, 2019) uma campanha contra Manuela D'Ávila, durante as eleições de 2018, com acusação falsa de que ela teria ligado 18 vezes para um homem que atentou contra a vida do então candidato à presidência, Jair Bolsonaro. A desinformação, neste caso, foi uma informação falsa e disseminada com a intenção de prejudicá-la enquanto vice do candidato Fernando Haddad, principal opositor de Bolsonaro. A intenção da campanha foi a de espalhar uma mentira com o objetivo de influenciar negativamente a opinião pública durante o período eleitoral.

Já no caso de Marielle Franco, vereadora vítima de assassinato político no Rio de Janeiro, a propagação de rumores sobre sua morte (Pennafort, 2021), ligando-a a um suposto envolvimento romântico com traficantes do Comando Vermelho, exemplifica tanto a desinformação quanto a mesinformação. Há a criação e veiculação intencional de tal narrativa com o objetivo de manchar sua reputação e anular sua existência de forma simbólica após seu assassinato, constituindo

desinformação. Já a mesinformação é constituída pela leitura de expectadores que, a partir de vieses racistas e classistas, enxergam na identidade de Marielle, enquanto mulher preta e periférica, a sua vinculação à criminalidade – acreditando, portanto, na informação falsa, e compartilhando-a. De tal modo, a mesinformação entra em jogo quando informações falsas são compartilhadas por pessoas que, acreditando na veracidade das alegações, as disseminam, reforçando preconceitos e colaborando para a desordem informacional. Essas narrativas, ao serem amplamente divulgadas, demonstram como informações falsas podem ser manipuladas para atingir alvos específicos, moldando e reforçando percepções discriminatórias.

Já o caso de malinformação pode ser exemplificado com vazamentos de informações confidenciais com a intenção de arruinar reputações. Um caso possível de ser mencionado é o de Tabata Amaral, frequentemente acusada de ter vínculos com megaempresários, como Jorge Paulo Lemann, devido ao fato de ter recebido apoio financeiro para realização de sua graduação em Astrofísica e Ciência Política em Harvard. Aqui, a informação é verdadeira, porém utilizada frequentemente de forma estratégica para suscitar desconfiança em relação à reputação da parlamentar (Brasil 247, 2019).

Embora o esquema de desordem informacional sistematizado acima nos ajude a compreender as diferentes nuances dessa problemática, é crucial entender as táticas específicas empregadas contra diferentes mulheres em diversas posições de poder político — seja na presidência, na vereança, como deputadas, ou candidatas a esses cargos. Ao analisarmos a desordem informacional a partir de uma perspectiva de gênero, identificamos estratégias narrativas que se tornam ainda mais complexas e estão profundamente atreladas a discriminações historicamente constituídas.

O que objetivamos alcinhar como "desordem informacional de gênero" neste artigo se refere não apenas ao uso de "desinformação generificada" para atacar campanhas de mulheres e mulheres na política. O conceito serve para definir o fenômeno que é consequente da articulação de estratégias narrativas que possuem o objetivo de tumultuar o debate online, com a ativa distribuição de mensagens, comentários e postagens carregados por estereótipos e papéis de gênero.

As estratégias narrativas elencadas na seção 3 deste artigo são constitutivas da desordem informacional de gênero. Elas possuem o condão de silenciar e excluir mulheres na política e no debate público, a partir da associação de determinadas personagens a estereótipos de gênero, idade e comportamento.

As consequências vão além do desgaste individual das figuras atacadas. A multiplicação de ataques com base em estereótipos de gênero afeta o ambiente digital como um todo, transformando-

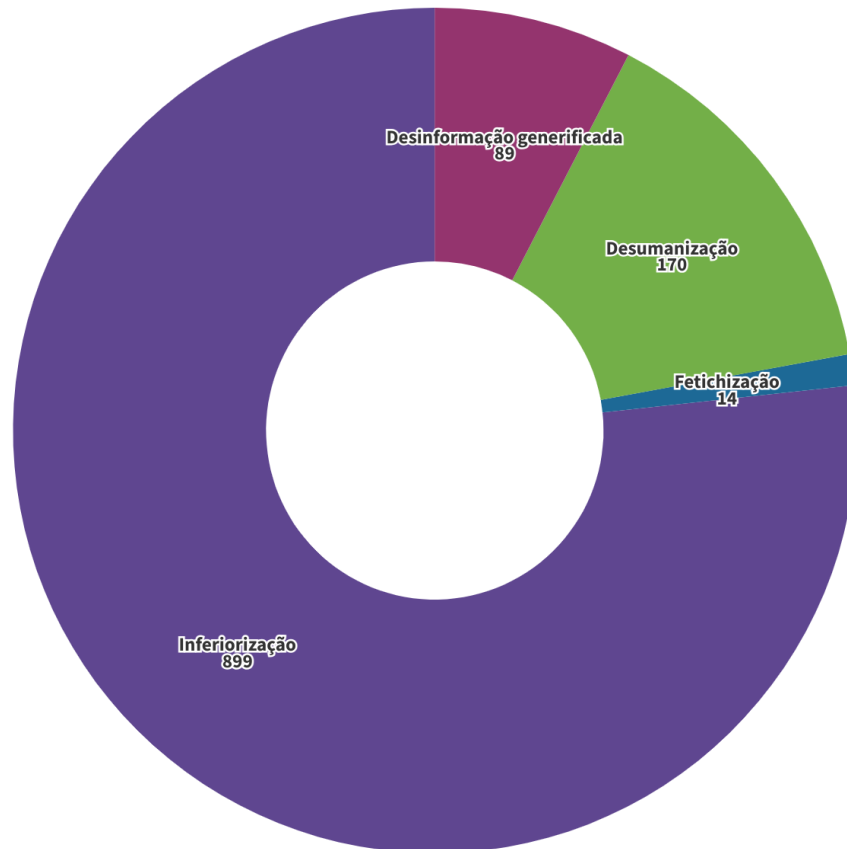
o em um espaço onde a violência simbólica é reproduzida de maneira sistemática. Isso contribui para o afastamento de mulheres do debate público, ao mesmo tempo em que reforça percepções negativas e limitadoras sobre o papel das mulheres na esfera política.

A desordem informacional de gênero é, assim, efeito de dinâmicas mais amplas de poder e exclusão que permeiam o cenário político. O fenômeno revela a complexidade das barreiras que continuam a restringir a participação plena das mulheres na política e sua análise oferece uma janela para entender como tais barreiras se atualizam no ambiente digital marcado pela plataformização, com circulação acelerada de conteúdo e maior engajamento à desinformação e conteúdos ultrajantes (Curzi, 2023).

4. ESTRATÉGIAS NARRATIVAS

Como resultado da análise aprofundada dos dados referentes aos relatórios no âmbito do projeto “Mídia e Democracia”, delimitamos estratégias constantes na base de dados de todos eles, ou seja, práticas recorrentes na violência política de gênero e raça mobilizadas contra diferentes figuras políticas. Reunimos, de tal modo, em uma única base de dados todas as postagens ou comentários de acordo com as categorias desenvolvidas para o presente trabalho, como detalhado na metodologia: (i) desinformação generificada (89); (ii) inferiorização (899); (iii) desumanização (170) e (iv) fetichização (14).

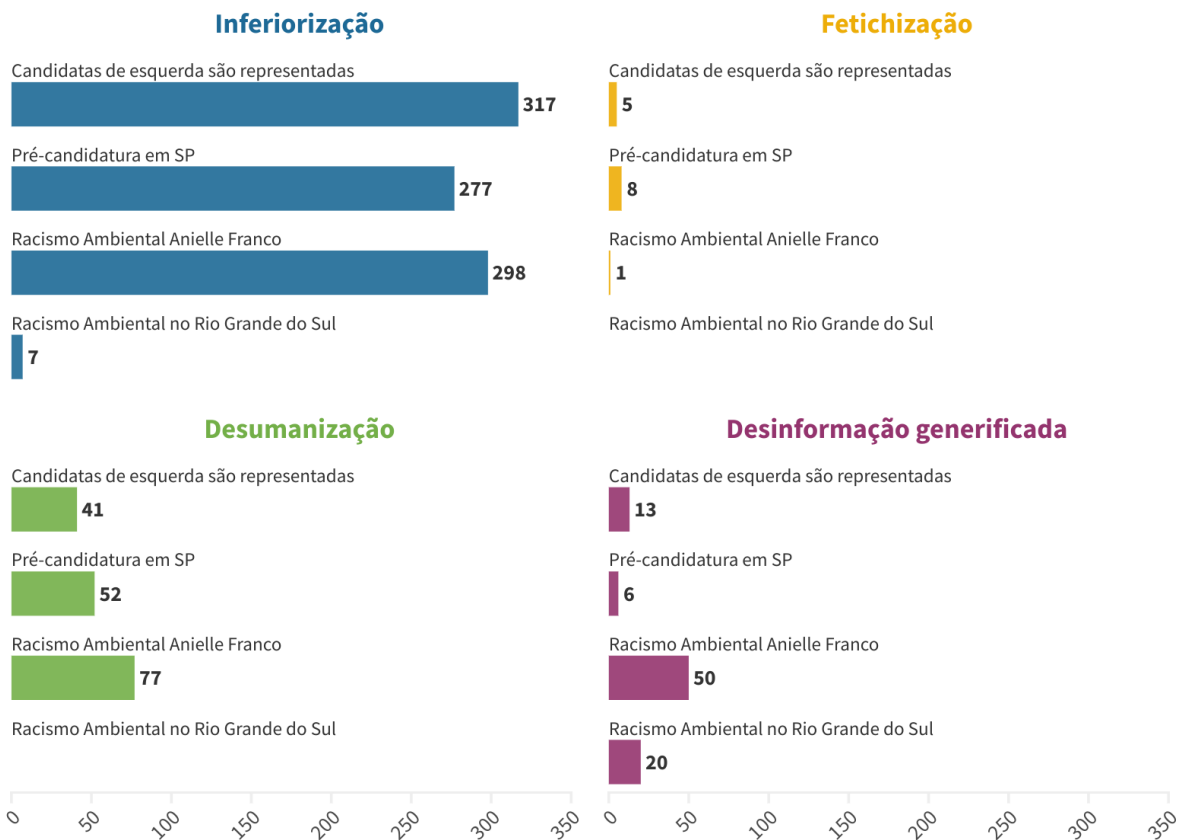
Gráfico 1: Comentários totais por categoria



Fonte: As autoras, 2024.

O Gráfico 1 acima resume a classificação realizada manualmente pelas autoras deste artigo. Ele aponta para o alto volume de comentários marcados como "inferiorização" (899). O volume desta categoria sinaliza não apenas a maior recorrência de recursos de ironia e sarcasmo, ou também infantilização para a descredibilização de mulheres na política, mas também uma característica distintiva do debate online: o uso de *trollagem*, piadas e memes como humor para afetar o interlocutor ou produzir engajamento de outros espectadores em um comentário. De tal modo, a classificação deste tipo de comentário é quase equânime em todos os relatórios analisados. A categoria é seguida por desumanização (170), especificamente derivada de comentários odiosos que buscam negar a existência de mulheres na arena pública. Como vemos no Gráfico 2 abaixo, a maioria destes comentários tem como alvo a Ministra Anielle Franco que, enquanto mulher negra, é alvo mais direto de discursos extremamente nocivos que vislumbram a sua bestialização.

Gráfico 2: Categorias por relatórios



Fonte: As autoras, 2024.

A terceira categoria de comentários frequentes foi desinformação generificada, com 89 comentários contendo difamação de mulheres na política. Por fim, fetichização, com 14 comentários, foi a categoria menos presente. A sua manutenção para este artigo teve a intenção de exemplificar comentários que sexualizam e objetificam mulheres na política, com a intenção de redução de suas atividades à aparência fixa ou à identidade de gênero.

4.1 Desinformação generificada

O conceito de desinformação generificada tem sido desenvolvido por organizações da sociedade civil e por estudos nas áreas da sociologia e da comunicação para abarcar de forma mais específica a disseminação de notícias falsas cujo cerne são padrões de gênero e moralidade. Como todas as formas de desinformação, a desinformação de gênero, de maneira específica, busca espalhar

informações falsas ou enganosas com a intenção de causar danos, combinando três características definidoras da desinformação online: falsidade, intenção maligna e coordenação (Khan, 2023, p.4), explorando nuances do sistema de desordem informacional já exposto.

Segundo Irene Khan, relatora especial da ONU para a liberdade de expressão e opinião, a desinformação generificada tem múltiplos objetivos. Para além de desinformar, esta busca a desinformação generificada almeja "moldar percepções sociais em relação a gênero e o papel da mulher na sociedade, além de reforçar estruturas institucionais e culturais patriarcais e heteronormativas" (2023, p. 05). De tal modo, conteúdos com desinformação generificada procuram retratar as mulheres como frágeis, incompetentes, ao mesmo tempo que objetificá-las sexualmente, relegando estas como incapazes de liderança, como ficará mais evidente nos exemplos trazidos nesta seção.


Como citado anteriormente, seu objetivo mais amplo é o de expulsar mulheres e pessoas de gênero e sexualidade desviantes do padrão cis-hétero-normativo dos espaços públicos e dos lugares de poder por meio da sua descredibilização e silenciamento. Assim, para a relatora, o que diferencia a desinformação generificada de demais tipos de desinformação, é que esta não se baseia apenas em informações falsas, mas também em narrativas de gênero preexistentes para atingir seus objetivos sociais e políticos de maneira coordenada, incluindo a manutenção do status quo de gênero ou a criação de um eleitorado mais polarizado (idem, p. 04).

Nesse sentido, a desinformação generificada mina a igualdade de gênero como um direito humano, perpetuando-o como um impeditivo para o desenvolvimento sustentável e a democracia. (idem, p. 03) Isto pois a informação manipulada amplifica, com algum grau de coordenação, estereótipos de gênero e vieses existentes para a promoção de narrativas negativas abrangentes sobre o gênero, gerando assim, a segregação e deslegitimação de lutas coletivas, como o feminismo e os direitos de pessoas LGBT+ de maneira geral.

Este tipo específico de desinformação se caracteriza por uma linguagem carregada de imagens misóginas e sexualizadas, podendo também conter ameaças explícitas ou implícitas de violência de gênero. Táticas sobrepostas de intimidação, vergonha e deslegitimação são frequentemente utilizadas, especialmente contra mulheres, para retratá-las como inadequadas, tanto para um estereótipo de mulher e, mais ainda, para um cargo de liderança. (Idem, p.4) No contexto dos relatórios selecionados para a produção deste artigo, encontramos diversas destas manifestações. De maneira geral, a desinformação generificada foi encontrada 89 vezes exposta de maneira explícita nas postagens e comentários de todos os relatórios aqui reunidos.

O relatório que buscou mapear a maneira como usuários estavam se referindo às deputadas de esquerda representadas no Conselho de Ética da Câmara, embora tenha constatado uma quantidade numericamente maior de apoio à elas dentro dos vídeos analisados, registrou agressões muito características no ataque às mulheres que ocupam cargos políticos. Este relatório é particularmente interessante para observar como mulheres diversas recebem ódio de maneira generalizada, mas também específica, de acordo com demais marcadores sociais como raça/etnia e classe, visto que no conjunto de mulheres que protagonizaram os vídeos havia a representação de mulheres pretas, indígenas e de origens socioeconômicas variadas.

De maneira generalizada, observou-se que um apelo recorrente da desinformação generificada contra mulheres na política é a invocação da figura masculina como manutenção da exclusão destas da vida pública. Mulheres, cujos direitos políticos foram conquistados há menos tempo do que homens, são comumente estigmatizadas pelos seus relacionamentos ou pela falta deles na tentativa de reatribuição do papel da mulher como cidadã de segunda classe, a quem o respeito se deve apenas pelo matrimônio com um homem, determinando que a sua vida é digna se subordinada a dele, como no exemplo abaixo. Esta retórica é acionada não apenas no contexto de desinformação, mas também nas demais categorias a seguir.

 *só bandida aí. Mulher de bandido devia estar em casa lavando cueca do macho trafica.” (Curzi et.al, 2024a)*

Outro aspecto identificado dentro de dois levantamentos (Curzi et al., 2024a; Curzi et al., 2024c), de maneira específica, foi em relação à defesa do aborto, quase sempre associado também à pauta de drogas.

“ESSA DEPUTADA É UMA VERGONHA COMO PARLAMENTAR, é a favor do aborto, das drogas e de tudo que não presta. REVOLTANTE !!”

“OLHA AS QUE DEFENDEM O ABORTO. A MORTE DE CRIANÇA FEMININA AI DEFENDE AS MULHERES” (Curzi et. al, 2024a)

“Tabata vai querer liber o crack...! Ela segue a cartilha de Lula de liberar as drogas e aborto.. 🇧🇷” (Curzi et. al, 2024c)

Os comentários exemplificados acima insinuam que as mulheres que defendem pautas caras à esquerda, tais como o enfrentamento do problema das drogas e dos direitos sexuais e reprodutivos

como uma questão de saúde pública, planejam "degradação da sociedade", enquanto uma forma de questionamento de suas reputações e de associação à falta de moralidade. De tal modo, mulheres que desafiam convenções de gênero, a partir da defesa de educação sexual e do direito de negar a maternidade são associadas à imoralidade. O objetivo de tais ataques é a extrapolação da defesa de tais bandeiras, com a finalidade de mobilizar e incitar atores conservadores para oposição e rechace às parlamentares.

Encontramos também comentários que buscavam atacar a qualificação destas mulheres para ocupar os cargos que ocupam, atribuindo a nomeação do Ministério da Igualdade à Anielle Franco, por exemplo, ao assassinato de sua irmã, Marielle Franco. As postagens vão desde o questionamento do valor do salário à Ministra, ou alegações constantes de que Anielle possui condutas inadequadas enquanto Ministra. Todos os comentários abaixo foram retirados do relatório que abordou ataques recebidos por Anielle Franco ao pautar o Racismo Ambiental no contexto das chuvas que atingiram desproporcionalmente populações vulnerabilizadas no Rio de Janeiro em janeiro de 2024.

Tá explicado como conseguiu o cargo... As custas da mídia da irmã.... Despreparo total para o cargo que exerce... Milita até sobre desastres...." / "O que esperar da ministra irmã da Marielle né, pior que ela ganha mais de 80mil por mês pra falar essas merrda, isso é de deixar o cidadão putto" / "Um salário de 70mil reais para uma ministra. Estamos bem Brasil"/ "Pegar o seu salario de R\$77.000 e distribuir entre as familias para ter IGUALDADE ou é "racismo salarial"?" / "Abbbbbbbh vão pra casa do "BARALHO" A maioria da população brasileira é feita de pardos e negros por causa das diversas misturas raciais, e agora vocês vem com esse VITIMISMO DA PORR4.. Uma "ministra" que tem em seu currículo "TRMÃ DA MARIELLE" e que ganha juntando toda sua renda MAIS DE 70k, e tá aí militando para se engrandecer através dos pobres que mal conseguem ir ao Maracanã, e a tal "ministra do povo pobre e negra" vai de jatinho particular kkkkkkkkkkkkkk" (Curzi et. al, 2024b)

Os casos acima exemplificam a forma como a desinformação generificada opera para a deslegitimação de mulheres em posição de poder. No caso específico de Anielle Franco, a desinformação generificada é especialmente efetiva, visto que a sua atuação como Ministra está totalmente relacionada a sua militância no movimento negro, algo compatível com a liderança do Ministério da Igualdade Racial. É perceptível que as constantes tentativas de anulação de Anielle partem de ataques majoritariamente baseados em sua identidade, algo que segundo Irene Khan, tem por efeito prejuízo às liberdades civis e, por consequência, o empobrecem o discurso público (2023, p. 10) Além disso, estes tipos de ataque se baseiam na mensagem de que o ativismo e o serviço público são empreendimentos indesejáveis e arriscados para as mulheres, devendo ser evitados. (Idem, Ibidem)

Um fato que reforça a discriminação de gênero nas desinformações aqui debatidas, é que todos os comentários e/ou postagens em destaque visam deslegitimar a capacidade destas mulheres de gerir, de modo que não acontece com homens. No caso de Anielle, recorre-se a possíveis motivos para a sua nomeação, ignorando seus méritos políticos. Trazem para o debate supostos valores do salário da Ministra, em uma clara insinuação de que ela não merece uma alta remuneração pela sua gestão. Enquanto Ministros homens costumam ser atacadas por supostos esquemas de corrupção e ou posicionamentos relacionados à política, a crítica destinada às mulheres remetem a questões que são anteriores à vida pública, invalidando suas formações e relevância no cenário político, além de possíveis desvios de caráter relacionados à identidade de gênero e/ou raça.

4.2 Inferiorização

O total de comentários e postagens da estratégia narrativa “Inferiorização” é 884. Esse é um número bastante grande, especialmente se comparadas às outras (Fetichização - 14 e Desumanização 155). Esse resultado numérico tão diferente, não chega a ser uma surpresa. Isso porque, a internet não está desprendida do real. A internet é parte dele com características específicas como a possibilidade de anonimato, por exemplo. Dessa forma, as práticas se reproduzem dentro e fora dela, com as devidas diferenças. No geral, insultos que inferiorizam mulheres de maneira machista, mas não necessariamente misóginas, sem teor sexual, ou seja, a violência menos incisiva, tendem a ser mais comuns.

A categoria “Inferiorização” abarca comentários contendo ironia e deboche, com objetivo de desqualificação. Essa desqualificação ocorre especialmente em relação a determinados assuntos ou espaços tipicamente masculinos como espaços públicos de poder. Isso torna o ambiente competitivo da política bastante fértil para esse tipo de comentário. Tal desqualificação também pode acontecer por meio da ridicularização. Nesse sentido, parte dos comentários aqui presentes contém acusações sobre falta de preparo, habilidade ou capacidade no que tange o exercício feminino de suas próprias funções políticas e/ou profissionais. Como por exemplo o comentário “*Ráprocuraroquefazer*” destinado a Ministra Anielle Franco no relatório “Racismo ambiental no contexto das enchentes do Rio Grande do Sul” ou ainda “Essas deputadas de esquerda não servem pra nada” sobre as deputadas Célia Xakriabá (Psol-MG), Sâmia Bomfim (Psol-SP), Talíria Petrone (Psol-RJ), Erika Kokay (PT-DF), Fernanda Melchionna (Psol-RS) e Juliana Cardoso (PT-SP) no relatório “Deputadas de esquerda

representadas no Conselho de Ética da Câmara ganham apoio na maioria dos comentários do YouTube”.

Apelidos depreciativos, que têm o objetivo de ridicularizar as personagens analisadas no relatório, também compõem essa estratégia narrativa, como por exemplo “*Essa marta suplício de novo? AFF , vai dar bolos 🤔*” e “*Martaxa kkkkkkkkkkkkk*”, relacionado a atual candidata a vice-prefeita da cidade de São Paulo, Marta Suplicy, ou ainda “*Batata Liberal em SP é de Dar Pena*” sobre a atual candidata a prefeita da cidade de São Paulo, Tábata Amaral no relatório “Ataques, violência de gênero online e desinformação na pré-campanha à prefeitura de São Paulo em comentários do YouTube”.

A categoria “Inferiorização” também é composta por discursos etaristas, ou seja, aqueles que rebaixam as mulheres por sua idade, seja ela considerada muito velha ou muito nova. No caso, no relatório “Ataques, violência de gênero online e desinformação na pré-campanha à prefeitura de São Paulo em comentários do YouTube” de Marta Suplicy, os comentários referem-se tanto a procedimentos estéticos realizados pela candidata como em “*Única coisa boa q Marta fez foi a plástica. Uma 🤔 hipócrita.*” quanto a chamavam de “velha”, “gagá” ou “múmia”. Assim, na reclassificação realizada para este artigo, consideramos os comentários relacionados à sua idade como inferiorização, uma vez que questionam suas capacidades, qualidades e até sua saúde para desempenhar funções públicas, sugerindo que sua idade não seria compatível com a vida pública. Aqueles que comentam argumentam que ela é muito velha para a política, como no exemplo “*Mais uma velha na política ! Chega de velharia a política está na hora de renovar.*” ou também “*Ela aproveitou bem. Ficou bastante tempo. Políticos...quem confia. Nem a mãe confia. Essa só quer cargo. Tá velha e ultrapassada.*”.

Já Tabata Amaral, no mesmo relatório, com trinta anos de idade na data da publicação, foi criticada e ofendida por ser muito nova como em

“MEU PAI DO CÉU, O QUE UMA PIRRALINHA DESSAS COMEU E SURTOU ? ALGUÉM POR FAVOR CHAME O PAI DESSA MENINA E DIGA PRA ELA FAZER E BRINCAR EM OUTRO LUGAR POR FAVOR...O MEU PAI DO CÉU, UMA PIRRALHA QUERENDO RESOLVER O PROBLEMA DE SÃO PAULO COM O PCC, JÁ PENSOU ? A PELO AMOR DE DEUS, O POVO PRECISA CRESCER, AQUI NÃO É GRÊMIO ESTUDANTIL CARA...PARA COM ISSO, ALGUÉM PRECISA LEVAR AS COISAS A SÉRIO CARA, ESSA MENINA NÃO DEVIÁ NEM TER CORAGEM DE SE CANDIDATAR..”.

A título de exemplo, é interessante trazer ao presente trabalho um dos personagens do relatório citado, Kim Kataguir. Ele é sete anos mais novo que Tábata Amaral, porém, ao contrário

dela, é elogiado por sua pouca idade em *"Acompanho o Kim desde de quando ele tinha 17 anos. Um rapaz, inteligente, honesto, corajoso, combatente e coerente. O meu voto ele já conquistou?"*.

Essa estratégia narrativa é composta pela ampla utilização de estereótipos de gêneros e insultos ou ofensas baseadas na imagem da mulher. Os comentários, são muitas vezes orquestrados de maneira coordenada, operam como um mecanismo para provocar o questionamento público acerca das capacidades das mulheres. Eles se baseiam em estereótipos de gênero já consolidados. Enquanto forma de violência, a inferiorização pretende determinar que as mulheres não dispõem das qualidades e virtudes exigidas para o exercício de funções na esfera pública.

A estratégia narrativa de “Inferiorização” engloba também comentários de ataque ao posicionamento político-partidário das mulheres a partir de uma perspectiva moralizante. No relatório “Deputadas de esquerda representadas no Conselho de Ética da Câmara ganham apoio na maioria dos comentários do YouTube”, foi possível observar comentários que associavam as parlamentares à degradação moral em razão da defesa de pautas progressistas. A ideologia de gênero¹⁰, ao promover pânico morais (Miguel, 2021), foi mobilizada em comentários que buscavam inferiorizar as deputadas, reforçando a imagem de “puta”, “depravada”, “drogada”, “maconheira” e “vagabunda” como por exemplo *“DEPUTADA QUE FUMA MACONHA SÃO CONHECIDAS PELOS DENTES.... KKKKKKKKKKKK”*; *“Tudo vagaba barraqueiras kkk”*. Ainda, foi possível observar comentários no sentido de inferiorizar e descredibilizar as parlamentares em razão do seu posicionamento político (*“Essa mulherada da esquerda todas são amebas adestrados”*).

Houve, também, frequentes acusações de vitimismo (*“Esse negócio de Vitimismo. É Ridículo. É porque é mulher.kkkkkkkk”*) revela uma compreensão distorcida sobre o feminismo no sentido de que as mulheres buscam privilégios e vantagens. Os comentários afirmavam que as parlamentares estavam se fazendo de vítimas e que “se as parlamentares fossem mesmo feministas, não teriam problema em serem julgadas”, sugerindo ainda que se fossem homens não haveria espaço para vitimização.

Ainda neste relatório, o subtópico “acusações de vitimismo” revelou uma compreensão distorcida sobre o feminismo no sentido de que as mulheres buscam privilégios e vantagens. Os comentários afirmavam que as parlamentares, bem como a bancada feminista agiriam de forma contraditória ao se reivindicarem feministas e supostamente exigirem um tratamento diferenciado. Insinua-se, portanto, que as deputadas estariam se passando por vítimas e que “se fossem mesmo

¹⁰ A ideologia de gênero pode ser compreendida como uma contra-ofensiva da Igreja católica e de setores conservadores ao reconhecimento e normatização dos direitos sexuais e reprodutivos no sistema internacional de direitos humanos a partir das Conferências de Cairo (1994) e Beijing.(1995), realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) (Miskolci; Campana, 2017).

feministas, não teriam problema em serem julgadas”, sugerindo ainda que se fossem homens não haveria espaço para vitimização.

Nessa linha, Marta Suplicy é uma das personagens que se destacou no relatório sobre as pré-candidaturas da cidade de São Paulo. Além das muitas críticas já citadas, muitos comentários também a ridicularizam ao retomar sua fala sobre a crise aérea em 2007. À época, a então Ministra do Turismo afirmou publicamente “Relaxa e goza porque você vai esquecer dos transtornos”¹¹, frase que rapidamente se popularizou, como em “*JÁ VAI TARDE , A Marta do inesquecível: "Relaxa e gozar"*”. Nesse contexto, cumpre notar que sua trajetória enquanto sexóloga e apresentadora de TV foi recorrentemente utilizada como argumento para justificar sua incompetência, a ausência de habilidades necessárias para função e desvio moral, como no exemplo “*ELA TINHA UM PROGRAMA NA TV, SOBRE SEXOLOGIA, COMO É SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS ?*”.

A Ministra Anielle Franco também foi uma personagem que se destacou, em especial nos relatórios “Racismo ambiental no contexto das enchentes do Rio Grande do Sul” e “O que é Racismo Ambiental?”. Apesar de ela não ser a única mulher negra presente no presente artigo, ela acaba recebendo muita atenção pois o relatório já citado é sobre reações e repercussões da fala dela. Só esses dois relatórios, na categoria “Inferiorização”, somam 305 postagens.

No caso de Anielle Franco, a inferiorização assume uma dimensão particularmente mais violenta. Comentários de ataque à Ministra como “*Pare de cagar pela boca*” e “*“Racismo Ambiental”... esse é o preço que se paga por saber ler kkkkkkk, muié caga pela boca 🤢🤢🤢*” correspondem a táticas discursivas racistas que associam a figura da mulher negra ao imundo ou impuro. Nessa linha, observamos também comentários relacionando-a ao consumo de drogas e aos seus hábitos de higiene. Tais comentários possuem efeitos desumanizadores e se coadunam com a ideia de bestialização da mulher negra e anulação de sua humanidade.

A “Inferiorização” de Anielle vai tanto no sentido de desqualificar sua capacidade intelectual, quanto de exercer seu cargo de ministra, como nos exemplos “*Cai fora !!! Vc não sabe administrar nada!🤔*”; “*Está é a qualidade na "nossa ministra" 😂*” e também “*What the fuck, o que seria racismo ambiental ? Você mora no Rio de Janeiro?! Tu já viu como vira "piscina " o Catete, Laranjeiras, Flamengo quando chove forte ? Tudo zona do Rio de Janeiro. Onde vivem a maioria famílias de classe média alta e com a população*

¹¹ PARIZ, Tiago. Marta sobre a crise aérea: 'relaxa e goza'. **G1**. 13 de julho de 2007. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL51536-5601,00.html>>. Acesso em: 21 de agosto de 2024.

majoritária branca. Pelo amor de Deus, tá te faltando assunto, para de inventar coisa, PAREM de se vitimizarem por tudo, tá feio, tá chato”.

Esse tipo de comentário segue chamando-a de “cotista do Ministério” (“Cotista do ministério, a irmã da marielle franco não aprendeu nada com o episódio de racismo explícito na final da copa do Brasil, e agora amplia sua discriminação racial, estendendo à religião e etnias, querendo tratar a maioria cristã ou de ascendência não cigana como cidadãos de segunda categoria”) e até sugerindo que sua única qualificação seria a relação de parentesco com Marielle Franco (“Currículo da cuja/Irmã da finada mariele e só”). Ainda para desqualificá-la, os usuários comentaram que a Ministra utilizou-se do episódio das fortes chuvas para “lacrar na internet” no intuito de autopromover-se e projetar-se politicamente.

Além disso, pudemos observar postagens que acusavam a contrariedade da atuação do Ministério que ao zelar pela igualdade, não deveria propor iniciativas focalizadas para o atendimento de determinados grupos, como em “Cara para de usar o preconceito como desculpas, chega porra! Para pre pregar o racismo, vai ajudar quem precisa lacradora do crb”; “Que desastre de ministra. Para de mi-mi-mi. Te que ajudar todos sem distinção” e ainda “Oq tem a ver a cor das pessoas com a chuva ? Racismo ambiental, para de falar bobeira”.

Vale notar que os comentários também buscavam traçar comparações entre Anielle e outras mulheres na política, especialmente a ex-presidente Dilma Rousseff (“A filha da Dilma 😂😂😂😂”). O objetivo foi ridicularizar ambas as mulheres, comparando suas falas em eventos oficiais em um tom de humor e minimizando sua qualificação técnica. Assim como a célebre fala sobre “estoque de vento” da ex-presidente¹² foi motivo de piada, o termo “racismo ambiental” também seria empregado de forma equivocada pela Ministra, que estaria se expondo ao ridículo.

No mais, o que se nota é principalmente uma grande e sistemática descredibilização, não só de Anielle como uma ministra e intelectual mulher negra, como também de pautas raciais que tanto a militância e a intelectualidade negra vem construindo ao longo de séculos (“😂😂😂😂 CULPA DO RACISMO.....😂😂😂😂 em...bur....re...ci....da....👉👉👉👉👉👉”). Comentários como “COR, COR, COR, COR E COR! @aniellefranco Com todo o devido respeito, mais para de fala mrd! Não existe cor, voce que vive dividindo tudo e todo mundo. Ele sao todos iguais, precisam de ajuda sendo negros, brancos, pardos ou qualquer outra cor que vs tenha ai nessa sua cabeçinha carente e perturbada. Para de fica querendo se promover ate com a desgraça dos outros mulher. E ja que vs vive e apoia um governo comunista, para de fica pedindo ajuda pros outros pra ajuda essas pessoas e pega o TEU DINHEIRINHO SUADO QUE VS GANHOU COM MUITO ESFORÇO

¹² GÓES, Bruno. Dilma sugere ‘estoque de vento’ e vira piada na internet. **Jornal O Globo**. 10 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/dilma-sugere-estoque-de-vento-vira-piada-na-internet-17744645>>. Acesso em: 21 de agosto de 2024.

E ESTUDO e divide igualmente com eles, e ai sim vai coloca em pratica o que vs fala! Porque lacra na internet e querer ajuda todo mundo com o dinheiro dos outros é facil, ate eu consigo, ate eu posso virar ministro dai e da role com avião da @fab_oficial 👍” têm duas funções estratégicas. A primeira delas é propor problemas em ver pessoas negras no poder. Já a segunda constitui uma tentativa de desconstruir as teorias que explicam a importância da ocupação dela do cargo de ministra e no limite, ainda duvidam da importância do Ministério Igualdade Racial do Brasil. A estratégia aqui passa por apontar como esse ministério não precisa existir já que não há racismo no país e que, além de visto como inútil na narrativa deles (🤔🤔🤔🤔 *qual a cor do seu DESERVIÇO????*), ainda está mal administrado “*Anielle, sua pauta é a exploracao do negro o tempo todo... você tá perdendo uma capitã do mato a serviço do seu senhor. "Nine"?*”.

4.3 Desumanização

Em termos numéricos, “Desumanização” representou 155 das postagens e comentários. O que ainda corrobora com o argumento apresentado no tópico acima. A estratégia narrativa “Desumanização”, quando ocorrida online, compreende “ (...) publicações que abordam pessoas ou grupos por meio de estereótipos, discriminação e negação de direitos básicos, com base em sua raça ou etnia.” (Carreiro et al., 2024), e aqui no presente trabalho, a prática da misoginia também foi inclusa. Assim, essa categoria compreende comentários e postagens que contêm discursos de ódio. Ou seja, que seu conteúdo visa aniquilar a existência das mulheres, de forma geral ou específica. É possível dizer que, nesse contexto específico, “Desumanização” é uma categoria residual pois daqui foram retirados todos os insultos de menor intensidade. O objetivo aqui é ir para além do machismo cotidiano e abarcar comentários e postagens que contenham ameaças de morte, desejos declarados de aniquilação das personagens, dúvida da sanidade das mesmas, e tudo que insinue ou faça menção a saída das mesmas da esfera pública, e claro, discursos racistas.

No que tange táticas racistas, estão inclusos comentários que sugerem, aludem ou acusam as personagens de uso de drogas. Além de, no imaginário popular, as drogas estarem diretamente ligadas à diminuição da capacidade cognitiva, e pessoas negras serem socialmente tidas como intelectualmente inferiores, também há uma associação, direta ou não, a pessoas negras com tráfico de drogas, crimes e ambientes periféricos. Outra tática aqui observada é a relação de pessoas negras com o que é sujo, escatológico ou animalizador.

Marta Suplicy, também é destaque nessa categoria. Aqui ela também é atacada pela idade, mas de outra forma. Na reclassificação dos dados do relatório “Ataques, violência de gênero online e desinformação na pré-campanha à prefeitura de São Paulo em comentários do YouTube”, entendemos que os comentários que a chamam de “múmia” (“*Lula desenterra mais uma múmia putrefata.*”), “velha decrépita” (“*A velha decrépita saiu da catacumba para atacar novamente 🤔 a noite 🤔🤔*”) e clamam pela sua aposentadoria (“*Chegar de tanto dinheiro 💰 e cargos. Não cansa Se aposenta mulher achei que morreu 🤔*”) consistem em uma forma de desumanização, tendo em vista que sugerem sua saída da política e, portanto, a aniquilação da sua existência neste espaço de poder. Nessa linha, vale frisar que comentários afirmando que a pré-candidata deveria se aposentar e cuidar dos netos (“*Mais um traste velho que não larga o osso da politica! Esta velha deveria cuidar dos netos.*”), explora estereótipos de gêneros que circunscrevem a mulher exclusivamente à função de cuidado e à esfera doméstica.

A Ministra da Igualdade Racial do Brasil, uma mulher negra, já sofreu comentários de outra ordem. Anielle é constantemente relacionada a fezes, vômito e sujeira de todo tipo (“*A famosa boca de fossa 🤢🤢🤢🤢🤢*”). Isso reforça estereótipos relacionados a pessoas negras. Um dos jeitos de desumanizar pessoas racializadas é relacionando-as à sujeira. Além disso, esse comentário ainda reafirma que o lugar de mulheres negras não é na política, mas sim servindo, mexendo e organizando os lixos e as latrinas dos brancos ricos.

Inclusive, não há nenhuma vergonha em alusão a escravidão (“*Então vamos levar o povo preto para as lavouras. Daí resolve dois problemas*”). De acordo com a Declaração dos Direitos Humanos, escravidão é um dos crimes contra a humanidade. Universalmente, muitas raças etnias e povos foram escravizados, mas no Brasil, a grosso modo, apenas negros e indígenas. Dessa forma, desejar publicamente a volta a escravidão é racismo. Além disso, escravos, em uma escala de poder na qual existem mulheres e homens brancos, e mulheres e homens negros livres e escravizados, os escravizados são o grupo que mais se afasta do poder. Os escravizados estão em polo oposto ao poder. E essa fala, longe de ser inocente, marca o lugar onde se deseja que pessoas negras estejam no Brasil. E isso, de ainda pensarmos a essa escala hipotética, coloca a mulher negra em um patamar diferente da mulher branca. Abaixo dela.

Outro jeito bastante frequente de desumanizar pessoas negras é pela estratégia de animalização (“*Na moral...ela precisa ser vacinada urgente.Caso procrie isso vai piorar*”). Aqui, aparece o termo “procriar”, que, além de ser ligado a animais, o comentário insiste que uma mulher negra para de procriar. No Brasil, Vieira (1994) discorre sobre a prática de esterilização forçada em mulheres de baixa renda. Mas

intelectuais negras como Angela Davis estão alertando sobre essa prática utilizada como maneira para impedir o crescimento da população negra. Tal comentário concorda com isso.

Por fim, destituir a humanidade de alguém é tira-la da condição de pessoas. Assim, comentários como “*P q p. Isso é uma ministra?????*” tratam a ministra como objeto. O termo “isso” é uma desqualificação, que soa sutil, mas só confirma a destituição de Anielle do lugar de ministra.

Os comentários abaixo são do relatório “Deputadas de esquerda representadas no Conselho de Ética da Câmara ganham apoio na maioria dos comentários do YouTube”, as mulheres sofrem ataque de maneira conjunta como “*Votar em mulher é atestado de burrice*” e também “*As DePUTAdas não podem devem ser cassadas.*”. Aqui, recorre-se, sistematicamente, a estereótipos de gênero que marcam que o lugar da mulher na esfera pública só pode proposituta.

Mas aqui, quem ganha destaque são as candidatas indígenas Célia Xakriabá e Juliana Cardoso. De maneira mais específica, há um reforço sobre povos originários. Tais comentários acabam por reforçar percepções errôneas sobre o que é ser uma pessoa indígena, delimitando, a partir de uma perspectiva eurocêntrica colonial aquilo que é aceitável ou não para a pessoa que se identifica como pertencente a grupos originários. Assim comentários como “*Essa falsa índia, não sabe de nada!*”; “*SO TRIBUFUS, E PRA MIM ESSA NAO E INDLIA*” e “*Habababab... babababab já é Carnaval...ou está na moda se fantasiar a baianada se fantasiar de índias da Galeria Page em São Paulo*” desqualificam a identidade racial das candidatas e destituem elas de sua humanidade, apontando-as como falsa e ignorantes. Além de apontar como a identidade racial delas é uma piada, é digna de riso (“*Habababab... babababab já é Carnaval...ou está na moda se fantasiar a baianada se fantasiar de índias da Galeria Page em São Paulo*”). Dessa forma, criando motivos que as desqualificam de exercer seus deveres políticos.

Por fim, vale lembrar que mulheres indígenas nas racializadas. Dessa forma, mulheres indígenas e negras muitas vezes são vítimas dos mesmos estereótipos. Enquanto as deputadas indígenas receberam comentários tipo “*A Índia fuma maconha estragada e vem cagar negra* 🤔🤔🤔”, No relatório “*Racismo ambiental no contexto das enchentes do Rio Grande do Sul*”, esse tipo de comentário “*Que droga essa mulher usa?* 🤔🤔” aparece para Anielle Franco. Ambos ligam pessoas negras à criminalidade e a duvidam da capacidade cognitiva delas, já que drogas carregam o estigma de embaçar o pensamento lógico.

Não que não duvidem da capacidade cognitiva e até da sanidade de mulheres brancas, mas no geral, elas são menos vistas como drogadas e mais como loucas como por exemplo “*Essa Fegare, e uma velha que so fala fake news e gosta de ACUSAR. FORA loucas do PT*” no relatório “Deputadas de esquerda representadas no Conselho de Ética da Câmara ganham apoio na maioria dos comentários do

YouTube” e “*Quando Prefeita! Esta Ameba Esta Acefala Fechou 9 Garagem De Ônibus Trabalhadores Do Transporte Publico Nao Vota Nesta Vagaba* 🤔🤔🤔🤔🤔🤔🤔🤔🤔🤔🤔”, contido no relatório “Ataques, violência de gênero online e desinformação na pré-campanha à prefeitura de São Paulo em comentários do YouTube”.

A partir desses exemplos, é possível notar uma diferença no tipo de “Desumanização” que ocorre entre mulheres brancas e racializadas. As mulheres brancas são vistas acusadas de loucas, burras e vagabundas. O que são xingamentos misóginos e bastante problemáticos. Mas as mulheres negras, são comparadas a animais, relacionadas às escatologia, sem contar o desejo da volta da escravidão. Mulheres negras, na esfera pública, despertam desejo de volta da escravidão. Já as indígenas são vistas como uma piada, uma mera fantasia de carnaval. Além de ambas serem vistas como potencialmente usuárias de drogas.

Aqui, podemos perceber que mulheres brancas e racializadas são desumanizadas, mas há diferença. As mulheres brancas nunca deixam de ser vistas como seres humanos de fato. Apesar de seres humanos inferiores, indignos, impuros e deslegitimados, sua desumanização é figurativa. Ela é um ser humano, porém, rebaixado à humanidade, para se manter inferior ao homem branco. Já a mulher negra e a indígena são destituídas de toda sua humanidade. Elas são vistas como animais.

4.4 Fetichização

Em termos numéricos, 15 comentários e postagens entraram nessa categoria. O que também é esperado, visto que, em relação às categorias já apresentadas, poucos homens de fato ultrapassam essa linha da intimidade. É possível que na violência de gênero online isso se intensifique mais que na realidade extra-online em consequência do anonimato que a internet propicia. Mas essa é outra inferência que não pode ser verificada a partir dos dados aqui presentes. Mas pode servir de base para outras pesquisas na área

A estratégia narrativa “Fetichização” diz respeito a processos de objetificação e sexualização. A objetificação de uma pessoa é o processo de resumir a importância dessa pessoa a sua aparência física. Existe um imaginário de sexualização das mulheres típico do ocidente, mas que não se resume a ele. Ele está intimamente relacionado a cultura do estupro (Carniel et al.). É por causa dele que homens se sentem tão à vontade para relacionarem, publicamente, mulheres ao sexo. Além disso, isso lhes confere, dentro dessa lógica já citada, certa ilusão de virilidade. Dessa forma, essa categoria abarca

postagens e comentários que se referem a imagem estética das personagens citadas nesse trabalho. Essas postagens e comentários contêm assédio e teor sexual, além de, como já dito, reduzirem as mulheres a sua aparência física.

No relatório “Ataques, violência de gênero online e desinformação na pré-campanha à prefeitura de São Paulo em comentários do YouTube” comentários relacionados a pré-candidata Tabata Amaral chamam a atenção por serem travestidos de elogios. Eles continham termos como “novinha” e “gatinha” de modo desqualificar sua competência com base exclusivamente na sua aparência e idade (“*Tabata Amaral e gatinha uma pena ela ser esquerdista e comunista 🤔🤔🤔🤔 Passo longe de mulher esquerdista 🤔🤔*”).

Já no relatório “Deputadas de esquerda representadas no Conselho de Ética da Câmara ganham apoio na maioria dos comentários do YouTube”, houve comentários em relação à aparência das parlamentares. Eles também continham adjetivos pejorativos sobre o corpo e rosto das mulheres como no exemplo “*VOCÊ É TAO LINDA, MAS TÊM A LÍNGUA GRANDE MERECE SER PUNIDAS. COMO SERÁ DENTRO DE CASA.*”. Tais comentários cristalizam a objetificação do corpo das mulheres e buscam questionar sua presença em espaços de poder com base somente em aspectos físicos. Além disso, comentários que mostravam desejo obter sexo com as deputadas, como se elas não estivessem em um ambiente profissional e sim ali para server de objeto sexual como em “*Deputadas Mal “Amadas”, pra não dizer outra coisa. Porém o governo que elas apoiam é misógino e machista. Aliás quem em sã consciência vai querer se deitar com dragões vermelhos?!*” e também “*ESTA SAMEA TA PRECISANDO DE VAR... NA XECA, ATE AGORA SÓ PREDERAM CANDIDATOS DE DIREITA SUA BURR...*”.

É importante notar a violência contida nos comentários. Algumas possibilidades podem ser levantadas em relação a isso. A bancada presente no vídeo não era composta apenas por mulheres brancas. Na verdade, das seis parlamentares, duas eram indígenas, uma negra e três brancas. Já é sabido que a violência em relação a mulheres negras é maior que em relação às mulheres brancas. Talvez, ao dividir a bancada com as mulheres racializadas, as mulheres brancas possam ter perdido valor social. A segunda possibilidade interpretativa é que tais mulheres são marcadamente de esquerda e talvez o fato de elas serem mulheres defendendo pautas que aumentam poder delas mesmas possa causar forte descontentamento.

Os comentários acima foram feitos em relação a mulheres brancas. Já o comentário abaixo é feito em relação a Aniele Franco, uma mulher negra. “*Aqui, meu saco e preto e meu pinto é branco. Podemos dizer que meu pau é racista?*”. Os comentários e postagens relacionados a mulheres brancas podem vir

mascarados de elogio e também especulam sobre a vida sexual das personagens lá citadas. Já o comentário relacionado a Ministra, ao mesmo tempo coloca sua inteligência em cheque, duvidando das teorias raciais que a mesma apresenta em seu discurso, como comete assédio sexual ao falar de seus próprios órgãos genitais. É difícil fazer afirmações definitivas a partir de um único comentário. Porém, é possível, com base no argumento apresentado no tópico anterior, fazer a inferência que o grau de violência em relação a mulheres negras é muito maior que em relação a mulheres brancas, em termos de sexualização e objetificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscamos aprofundar a compreensão da violência política de gênero no ambiente digital, particularmente em relação às práticas de desordem informacional de gênero. Partindo de uma análise interseccional, identificamos como as narrativas misóginas e racistas nas plataformas digitais reforçam preconceitos estruturais, contribuindo para a exclusão de mulheres e minorias da esfera pública e política.

A sistematização de quatro padrões discursivos – desinformação generificada, inferiorização, fetichização e desumanização – demonstrou que essas estratégias não apenas minam a credibilidade de mulheres na política, mas também reforçam dinâmicas históricas de exclusão. Observamos que essas práticas, embora aplicadas de maneira diversa a mulheres de diferentes origens, idades e posições políticas, convergem para o objetivo comum de desacreditar e deslegitimar sua participação na política.

As táticas discursivas analisadas revelam a complexidade da violência política de gênero, que se manifesta de maneira tanto explícita quanto sutil, muitas vezes disfarçada de críticas legítimas. No entanto, quando analisadas em conjunto, essas narrativas expõem um padrão coordenado de ataques que buscam reforçar normas patriarcais e racistas, perpetuando a exclusão de mulheres e minorias de espaços de poder.

Ao delinear o conceito de desordem informacional de gênero, este trabalho contribui para o debate sobre as formas contemporâneas de violência que afetam a democracia e a participação política de mulheres. Compreender essas práticas é essencial para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento, que possam tanto proteger as mulheres na política quanto promover um ambiente digital mais inclusivo e democrático.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, N. É falsa informação de que Manuela D'Ávila ligou para Adélio Bispo. Agência Lupa, 2 abr. 2019.
- BATISTA, R. Redes sociais influenciam voto de 45% da população, indica pesquisa do DataSenado. Agência Senado, 12 dez. 2019.
- BRASIL 247, R. Apontada como traidora e infiltrada, Tábata revela sua admiração por Lemann. Brasil 247, 14 jul. 2019.
- CARNIEL et al. Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil. Revista Opinião Pública. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018243523>>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- CASTELLS, E. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet, Rio de Janeiro, Zahar, 2017.
- CALDERARO, A. Social Media and Politics. The SAGE handbook of political sociology, 2018.
- CARREIRO, R. GUERRA, E.; SANTOS, N.; ALMADA M.P. Carreiro, R.; Guerra, E.; Santos, N.; Almada, M. P. Racismo pra quê? As estratégias dos discursos racistas nas redes. Salvador: Aláfia Lab, 2024.
- CRUZ, F. B. et al. Internet e eleições no Brasil. InternetLab, São Paulo, 2019.
- CURZI, Y., THOMAZ, G., AMORIM, A., AQUINO, L., CONDE, A. C., RODRIGUES, C., SOBRAL, G., BRAGA, G., VERBICÁRIO, P., JARDIM, L., VENDAS, M. C., GOBIRA, T. Liberdade de Expressão e Violência Política de Gênero e Raça nas Redes Sociais. Digital Safety Program, FGV Direito Rio, 2024.
- CURZI, Yasmin de Mendonça. Violência de gênero online: tecno-silenciamentos e resistências nas redes sociais no Brasil (2010-2022). 2023. f. : il. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2023. Orientadora: Mariana Cavalcanti. Coorientadora: Simone Gomes.
- CURZI, Y., FABRIS, L., ABBAS, L., GIUSTI, V., SAAB, B., THOMAZ, G. Deputadas de esquerda representadas no Conselho de Ética da Câmara ganham apoio na maioria dos comentários do YouTube. Projeto Mídia e Democracia, FGV Direito Rio, 2024a. Disponível em: <<https://midiademocracia.fgv.br/estudos/deputadas-de-esquerda-representadas-no-conselho-de-etica-da-camara-ganham-apoio-na-maioria>> Acesso em: 10/09/2024.
- CURZI, Y, ABBAS, L., THOMAZ, G. “O que é Racismo Ambiental?” Para onde a Internet levou o debate do termo a partir da fala da ministra Anielle Franco. Projeto Mídia e

Democracia, FGV Direito Rio, 2024b. Disponível em:

<<https://midiademocracia.fgv.br/estudos/o-que-e-racismo-ambiental-para-onde-internet-levou-o-debate-do-termo-partir-da-fala-da>> Acesso em: 10/09/2024.

CURZI, Y., ABBAS, L., GOMES, F., ROSA, I., PETERLI, C., MESQUITA, H., MARINS, I., THOMAZ, G., LOPES, C. Ataques, violência de gênero online e desinformação na pré-campanha à prefeitura de São Paulo em comentários do YouTube. Projeto Mídia e Democracia, FGV Direito Rio, 2024c. Disponível em:

<<https://midiademocracia.fgv.br/estudos/ataques-violencia-de-genero-online-e-desinformacao-na-pre-campanha-prefeitura-de-sao-paulo>> Acesso em: 10/09/2024.

CURZI, Y., ABBAS, L., GOMES, F., ROSA, I., PETERLI, C., MESQUITA, H., MARINS, I., THOMAZ, G., LOPES, C. Racismo ambiental no contexto das enchentes do Rio Grande do Sul. Projeto Mídia e Democracia, FGV Direito Rio, 2024d. Disponível em:

<<https://midiademocracia.fgv.br/estudos/racismo-ambiental-no-contexto-das-enchentes-do-rio-grande-do-sul>> Acesso em: 10/09/2024.

D'ÁVILA, M. Sempre foi sobre nós: Relatos da violência política de gênero no Brasil. 1ª edição ed. [s.l.] Rosa dos Tempos, 2022.

GÓES, Bruno. Dilma sugere 'estoque de vento' e vira piada na internet. Jornal O Globo. 10 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/dilma-sugere-estoque-de-vento-vira-piada-na-internet-17744645>>. Acesso em: 21 de agosto de 2024.

TOMAZ, R.; SANTOS, L. “Ódio contra mulheres na Internet: das definições às alternativas de combate no cenário brasileiro” em 3ª edição da Coletânea de Artigos TIC, Governança da Internet, Gênero, Raça e Diversidade, pp. 85-113, 2023.

KHAN, I. Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression. [s.l.] United Nations General Assembly, 7 ago. 2023.

Disponível em:

<<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n23/233/65/pdf/n2323365.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

KROOK, M.; RESTREPO, J. Gender and Political Violence in Latin America: Concepts, Debates and Solutions. Política y gobierno, v. 23, p. 127–162, 1 jan. 2016.

PARIZ, Tiago. Marta sobre a crise aérea: 'relaxa e goza'. G1. 13 de julho de 2007. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL51536-5601,00.html>>. Acesso em: 21 de agosto de 2024.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro, 2017.

PENNAFORT, R. Mentiras sobre Marielle Franco continuam a se espalhar três anos após sua execução. BBC News Brasil, 13 mar. 2021.

PIAIA, V. R. Rumores, fake news e o impeachment de Dilma Rousseff. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 2, 20 dez. 2018.

Relembre o governo de Marta Suplicy em SP: Bilhete Único, CEUs, máfia dos transportes e taxa do lixo. *Carta Capital*. 16 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/relembre-o-governo-de-marta-suplicy-em-sp-bilhete-unico-ceus-mafia-dos-transportes-e-taxa-do-lixo/>. Acesso em: 11 de setembro de 2024.

ROCHA, C. “Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico Ultraliberal e os Protestos Pró- *Impeachment* de Dilma Rousseff. *Dados*, v. 62, p. e20190076, 23 set. 2019.

VALENTE, Mariana. *Misoginia online: uma década de disputa por direitos*. São Paulo: Editora Fósforo, 2023.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. A esterilização de mulheres de baixa renda em região metropolitana do sudeste do Brasil e fatores ligados à sua prevalência. *Revista de Saúde Pública*, v. 28, p. 440-448, 1994.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. [s.l.] Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. Acesso em: 26 ago. 2024.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo está disponível ao público sob a licença CC BY 1.0. Pode ser acessada a partir do link: <https://github.com/yasmincurzi/preprintVGOPol.git>

Sob essa licença, você é livre para:

- 1) Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato, para qualquer finalidade, até mesmo comercialmente.
- 2) Adaptar — remixar, transformar e criar a partir do material para qualquer finalidade, até mesmo comercialmente.

Sob os seguintes termos:

- 1) **Atribuição** — Você deve dar o devido crédito, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações ao conjunto de dados. Você pode fazer isso de qualquer maneira razoável, mas não de forma que sugira que o licenciante endossa você ou o uso que você faz.
- 2) **Sem restrições adicionais** — Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas de fazer qualquer coisa que a licença permita.

FINANCIAMENTO:

O presente trabalho foi realizado com apoio da União Europeia, a partir do projeto "Digital Media and Conflict Prevention" (2023-2025) financiado por uma Horizon Grant e coordenado pela Prof. Dr. Yasmin Curzi na FGV Direito Rio.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Yasmin Curzi: idealização, metodologia, supervisão e escrita (rascunho original; revisão e edição).

Fernanda Gomes: escrita (rascunho original); análise de dados.

Giullia Thomaz: escrita (rascunho original); análise de dados.

Hana Mesquita: escrita (rascunho original); análise de dados.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As autoras declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER (limite-se às informações essenciais e não ultrapasse 3 linhas).

Yasmin Curzi: Professora da FGV Direito Rio. Pesquisadora de pós-doutorado no Digital Technology for Democracy Lab do Karsh Institute of Democracy da University of Virginia. Advogada.

Fernanda Gomes: Doutoranda em Sociologia no IESP-UERJ. Pesquisadora no Projeto "Mídia e Democracia" da FGV Direito Rio.

Giullia Thomaz: Bacharel em Relações Internacionais pela PUC-Rio e mestranda em sociologia e antropologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Pesquisadora no Projeto "Mídia e Democracia" da FGV Direito Rio.

Hana Mesquita: Advogada e bacharel em Direito pela PUC-Rio. Mestranda em Políticas Públicas em Direitos Humanos pelo NEPP-DH da UFRJ. Pesquisadora no Projeto "Mídia e Democracia" da FGV Direito Rio.

This preprint was submitted under the following conditions:

- The authors declare that they are aware that they are solely responsible for the content of the preprint and that the deposit in SciELO Preprints does not mean any commitment on the part of SciELO, except its preservation and dissemination.
- The authors declare that the necessary Terms of Free and Informed Consent of participants or patients in the research were obtained and are described in the manuscript, when applicable.
- The authors declare that the preparation of the manuscript followed the ethical norms of scientific communication.
- The authors declare that the data, applications, and other content underlying the manuscript are referenced.
- The deposited manuscript is in PDF format.
- The authors declare that the research that originated the manuscript followed good ethical practices and that the necessary approvals from research ethics committees, when applicable, are described in the manuscript.
- The authors declare that once a manuscript is posted on the SciELO Preprints server, it can only be taken down on request to the SciELO Preprints server Editorial Secretariat, who will post a retraction notice in its place.
- The authors agree that the approved manuscript will be made available under a [Creative Commons CC-BY](#) license.
- The submitting author declares that the contributions of all authors and conflict of interest statement are included explicitly and in specific sections of the manuscript.
- The authors declare that the manuscript was not deposited and/or previously made available on another preprint server or published by a journal.
- If the manuscript is being reviewed or being prepared for publishing but not yet published by a journal, the authors declare that they have received authorization from the journal to make this deposit.
- The submitting author declares that all authors of the manuscript agree with the submission to SciELO Preprints.